



Comunicação oral: **Eixo 10 – Formação de Professores**

A EDUCAÇÃO ANTES, DURANTE E PÓS-PANDEMIA: UM OLHAR OLHAR REFLEXIVO DIANTE DA ATUAL CONJUNTURA

Iris Maria dos Santos Farias¹

Maria Aparecida Pereira Viana²

Resumo: A realidade educacional brasileira durante décadas vem de uma situação crítica vivenciada por inúmeras razões, necessitando de um olhar minucioso em busca de melhorias no processo educativo. A situação emergencial pandêmica (Covid-19) ocorrida no ano de 2020, necessitou de isolamento físico e distanciamento social prolongando-se até os anos de 2021 e meados de 2022. Diante disso, as escolas encerram suas atividades presenciais e migraram para os ambientes virtuais. Sendo um período difícil de trabalhar mediante ao uso das Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC), imagina-se que práticas metodológicas estejam diferentes mediante as informações e experiências passadas durante o ERE. Constitui-se das seguintes indagações: é possível generalizar a educação básica para um contexto digital? E a profissão docente mediante a essa metamorfose, como adapta-se? O estudo objetiva-se relacionar a educação antes, durante e depois da pandemia, trazendo, assim, uma reflexão crítica no que concerne os ofícios dos docentes.

Palavras-chave: Educação Básica. O trabalho docente. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação (TDIC).

Introdução

A calamidade pública enfrentada na pandemia da Covid-19, ao mesmo tempo que assustou, acelerou mudanças significativas mediante ao uso das Tecnologias Digitais (TD). Aparentemente, os recursos emblemáticos poderiam ter sua maior relevância e uso na próxima década, principalmente na educação. Entretanto, por ora, foi usufruída antecipadamente de forma abrupta com a necessidade do isolamento físico, necessário no momento pandêmico.

Desse modo, ao retornar com as aulas presenciais (em 2021), devido as inseguranças perante gravidade da doença e a rápida disseminação do vírus (Sars-Cov-2), aos poucos voltaram a “normalidade”, com a ilusão do “distanciamento social” em instituições educativas. Exigiu que o trabalho e atenção docente fossem desdobradas, na medida em que 50% (cinquenta por

¹ Pedagoga e Mestra em Educação pela Universidade Federal de Alagoas. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/0355761393073817>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-4904-0364>.

² Pós-Doutora pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Professora da Universidade Federal de Alagoas. Lattes iD: <http://lattes.cnpq.br/5842179916349442>. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0002-4017-8482>.



cento) dos estudantes estavam em sala de aula e outros 50% (cinquenta por cento) assistiam as aulas remotamente.

Passando-se o caos (ainda em 2021) e enfrentando com cautela, pesquisadores e especialistas em busca de soluções para amenizar a gravidade da doença, trouxeram a “resposta” que a sociedade esperava, as vacinas. No Brasil, houve um “empecilho” por parte do ex-presidente para realizar a compra de vacinas, mas com muita insistência da população e cientistas conseguiram assegurar a população na aplicação das doses vacinais.

Nesse viés, a educação ficou comprometida em atender, além das demandas curriculares, como também as exigências momentâneas, seja por meio do Ensino Remoto Emergencial (ERE) ou mesclando-se as aulas com os estudantes remotamente e presencialmente no espaço físico. Ainda nesse contratempo, coube aos docentes (principalmente) realizarem os ofícios exigidos e buscando adquirir conhecimentos mediante o uso das Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação (TDIC) e acompanhar o desenvolvimento cognitivo dos estudantes diante as metamorfoses deparadas.

É notório, que a profissão docente está sempre tentando se adequar/adaptar a realidade momentânea. Entretanto, a valorização e o reconhecimento, ainda não possui uma visualização merecida, principalmente, docentes da rede de educação básica. Insistentemente, pesquisadores debatem estudos acerca das situações enfrentadas, antes durante e pós período pandêmico, pouca mudança – pode-se considerar- foi acrescentada.

Pensando nisso, o respectivo estudo, debruçar-se-á de uma análise crítica a respeito da profissão docente, perante a negligência ainda enfrentada na educação, mediante aos aparatos tecnológicos a serem utilizados com a finalidade de compreender o quanto esses recursos podem contribuir cognitivamente no contexto em que se vivencia. Constiu-se das seguintes indagações: é possível generalizar a educação básica para um contexto digital? E a profissão docente mediante a essa metamorfose, como adapta-se? Nesse parâmetro, o objetivo geral procura apresentar relações no âmbito da educação e o docente no contexto em que está inserido. Obtém-se como objetivos gerais: discussão antes do período pandêmico perante a utilização das TDIC; apresentar experiências dos docentes que vivenciaram o Ensino remoto Emergencial (ERE); analisar a atual conjuntura da educação pós-período pandêmico.

Caminhos metodológicos



Trata-se de uma pesquisa qualitativa, buscando, assim, “descrever um problema de pesquisa que possa ser melhor compreendido ao explorar um conceito ou um fenômeno (Creswell, 2007, p. 88). Analisando e refletindo a realidade cotidiana perante ao que for descrito e pautado com ênfase na educação. Como estudo mais profícuo, averigua-se os documentos regidos pela legislação brasileira.

Delineando-se com estudo de caso, o qual “ é usado em muitas situações, para contribuir ao nosso conhecimento dos fenômenos, individuais, grupais, organizacionais, sociais, políticos e relacionados” (Yin, 2015, p. 4). Observou-se relatos dos docentes de Educação Básica de Maceió (instituições públicas e privada)², em que pontuaram suas experiências acerca do ERE entre os anos de 2020/2021. Como procedimento ético os docentes estão citados como Professor 1 (rede privada de ensino), Professor 7 (rede pública estadual) e Professor 13 (rede pública municipal).

A educação antes da pandemia

A educação antes da pandemia, principalmente na educação básica, tinha seus desafios perante a realidade, muitas vezes, estrutural como também, profissionais para arcar com as demandas determinadas “dependendo da realidade socioeconômica da escola e da rede a qual pertence, outras questões ainda poderiam ser levantadas, como a falta de limpeza, a falta de carteiras escolares, insumos para o ensino” (Oliveira, 2020, p. 21). E o uso e manuseio de aparatos tecnológicos em prol do processo de ensino e aprendizagem, nem sempre era possível – redes públicas de ensino, especificamente – devido ao descaso dos recursos a serem usufruídos.

Antes do período pandêmico, as TDIC vem delineando e moldando a sociedade em busca de aperfeiçoar a vivência social, “a ampla utilização de dispositivos digitais móveis para uso pessoal e profissional modifica significativamente os diferentes setores da sociedade, como o econômico, o político, o social e o cultural” (Assis; Almeida, 2020, p. 2). Entretanto, no contexto da educação brasileira, a qual não consegue acompanhar a evolução no mesmo ritmo que as

² A respectiva análise, parte-se de um estudo desenvolvido durante o Curso de Mestrado em Educação de uma das autoras.



TDIC vêm desenvolvendo; pelo contrário, a desvalorização educacional limita o acesso aos recursos digitais.

Por outro lado, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a qual representa por meio desse documento um conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens a serem desenvolvidas em todas as modalidades de ensino da Educação Básica, em conformidade com a LDBEN e DCN. Refere-se a inclusão das TDIC no âmbito educativo:

5. compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva (BRASIL, 2018, p.9).

Nesse viés, as TDIC visam contribuir fundamentalmente, no processo cognitivo e ampliando, assim, o desenvolvimento da autonomia, facilitando a comunicação e buscando de forma significativa o protagonismo de quem está inserido na educação. É válido considerar, que a percepção do documento obtém uma clareza no que consiste trazer uma visibilidade ao entrelaçar as TDIC no âmbito educativo, porém, a realidade educacional brasileira vivenciada parte de uma desigualdade educacional e digital, “as tecnologias a serem inseridas em instituições educativas provêm de um processo lento, principalmente no ensino público” (Farias, 2023, p.30). Nesse sentido, nem todas as instituições educativas são contempladas.

Sendo assim, a profissão docente sempre está se dedicando a melhoria na qualidade do ensino e aprendizagem dos estudantes, enquanto que a ausência do reconhecimento dos respectivos profissionais ainda persiste na atualidade. Segundo Farias (2023, p. 25):

A formação/qualificação de docentes é um processo constante e que necessita de algo mais enfatizado e elaborado perante a realidade que está sendo construída. As transformações que as TDIC vêm intensificando são fatores que contribuem para uma educação tecnológica, porém é necessário investimentos que visem à qualificação profissional como também que atendam à formação de estudantes, possibilitando-os adentrar-se neste parâmetro que pode ser proporcionado por meio desses recursos.

Utilizar os recursos tecnológicos, pensando no desenvolvimento do processo cognitivo requer uma cautela mediante a consistência da potencialização que esses recursos podem oferecer. Antes da pandemia, a negligência na educação brasileira ocorre durante décadas, necessitando sempre de um olhar que busque aperfeiçoamento na formação dos estudantes, como também educativo que supra as necessidades existentes. Por outro lado, no âmbito da

formação/qualificação docente obtém-se uma exigência em seus ofícios, enquanto que o despreito e desvalorização profissional acontecem cotidianamente.

Observa-se, ainda, que o documento apresentado pelo CNE nº 02/2015, o qual define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada, no segundo artigo, apresenta:

Compreende-se a docência como ação educativa e como processo pedagógico intencional e metódico, envolvendo conhecimentos específicos, interdisciplinares e pedagógicos, conceitos, princípios e objetivos da formação que se desenvolvem na construção e apropriação dos valores éticos, linguísticos, estéticos e políticos do conhecimento inerentes à sólida formação científica e cultural do ensinar/aprender, à socialização e construção de conhecimentos e sua inovação, em diálogo constante entre diferentes visões de mundo (Brasil, 2015).

O respectivo documento realça que o trabalho docente deve estar conjugado com as mudanças cotidianas, envolvendo, assim, conhecimentos que possam adentrar em entonações didáticas que contemplem o desenvolvimento cognitivo dos sujeitos e, assim, possam socializar mediante as metamorfoses corriqueiras. Entretanto, ainda nesse documento, o processo formativo descrito no art. 5º - ao retratar das TDIC, enfatiza em seus incisos V e VI, *in verbis*:

V – à elaboração de processos de formação do docente em consonância com as mudanças educacionais e sociais, acompanhando as transformações gnosiológicas e epistemológicas do conhecimento;

VI – ao uso competente das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) para o aprimoramento da prática pedagógica e a ampliação da formação cultural dos(das) professores(as) e estudantes (Brasil, 2015);

O processo formativo docente, passa por citações documentais que não condiz com a realidade educacional brasileira. Ora, enquanto que os docentes podem ter durante sua formação a consciência e conhecimento do uso das TDIC, por outro lado, em sala de aula de instituições educativas, encara-se dificuldades ao tentar trazer os recurso em prol do processo de ensino e aprendizagem. Não cabe apenas ao docente tentar adaptar-se as mudanças cotidianas, mas outros contextos que correspondam ao que está sendo exigido e colocar em pauta, e, assim, trabalhá-las. Mediante a isso, o que eram questões complexas a serem solucionadas, durante o período pandêmico fora intensificada, perante a exigência dos trabalhos docentes, como também participação dos estudantes durante o ERE.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE) no Brasil



Com a eclosão da pandemia, em que necessitou do distanciamento social e isolamento físico, conforme que fora determinado pela Organização Mundial da Saúde (OMS), instituições educativas da Educação Básica ao Ensino Superior, suspenderam as aulas presenciais e continuaram suas atividades por meio do ERE. Em consonância com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura (UNESCO), cerca de 190 países – incluindo o Brasil – optaram pelo fechamento das escolas, impactando 70% dos estudantes do mundo.

No Brasil - um dos últimos países a apresentar os primeiros casos – foi publicado em março/2020, no Diário Oficial da União, o Decreto Legislativo nº 6, em que reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República. Diante disso, os dados iniciais relacionados ao número de pessoas infectadas foram 529 (quinhentas e vinte e nove) em 20 (vinte) estados e no Distrito Federal, contabilizando 4 (quatro) mortes desde a circulação do vírus. A partir disso, os números de casos aumentaram, atingindo todos os estados e municípios, disseminando o vírus entre as pessoas com rapidez e intensificando o número de casos e óbitos.

No âmbito da educação, docentes e estudantes, tentaram se adaptar a mudança abrupta da transposição do ensino presencial para o ERE. Instituições públicas e privadas, em sua maioria, aderiram o ERE na tentativa de minimizar os impactos causados pelo distanciamento e isolamento físico. Segundo Coscareli (2020, p.15):

O ensino remoto precisou ser feito sem planejamento prévio, sem um ambiente virtual de aprendizagem escolhido com cautela, sem que os professores tivessem tempo de se preparar, de produzir e selecionar materiais e estratégias de ensino adequadas para atividades online. E sem que os(as) alunos(as) estivessem previamente de acordo com o desenvolvimento de atividades em outros ambientes que não fossem a escola e estivessem bem preparados para isso (o que não é trivial nem simples).

A situação emergencial ao migrar para o ambiente remoto, acelerou métodos que possivelmente, realizaríamos em uma década. Os ofícios dos docentes foram desdobrados na medida em que foram exigidos, tanto em seus conhecimentos quanto em seus recursos. Ministrando suas aulas por meio de webconferências, Microsoft *Teams*, Google *Meet*, *Zoom* e outras plataformas que as instituições adotaram. Enquanto que os estudantes, esperava que assistissem as aulas de suas casas, diante das exposições apresentada pelos docentes.



Entretanto, é válido considerar que os protagonistas do ERE foram os docentes, além de buscarem formas e estratégias didáticas visando o processo de ensino e aprendizagem, lidaram com algumas frustrações ao tentar trazer a interatividade para suas aulas, como apresentado pelos seguintes docentes da Educação Básica de Maceió:

é uma lacuna muito grande, o percentual de alunos, síncrona, é muito baixo. [...] Às vezes o menino não tem acesso, não quer participar, é mais trabalhoso, demanda de uma internet boa, de um aparelho. E outra coisa, quando eles estão em casa ou onde quer que eles estejam, tudo que está em volta da vida deles, naquele momento seria a aula, mas tudo interfere (Professor 7). As atividades, provas, avaliações acho que é isso que se coloca (Professor 1). A minha turma é o 5º ano, então é uma turma que eles próprios já utilizam o celular com uma certa facilidade, mas como eles têm conexão ruim, o sinal cai, aí realmente é bastante limitada a interatividade deles (Professor 13) (Informações verbais).

Os fatos narrados pelos docentes, em que consiste de um da rede privada (Professor 1), rede pública estadual (Professor 7) e rede pública municipal (Professor 13). Observa-se que os docentes das redes públicas relataram que as dificuldades foram relacionadas ao interesse e a conexão de internet. Já o docente da rede privada, relatou que a interatividade apenas existiu para procura de informações sobre atividades avaliativas.

Nota-se que os docentes frustraram-se com ausência e falta de interesse dos estudantes, acarretando, assim, numa desmotivação profissional no que tange à docência. É válido considerar, que a desigualdade digital foi escancara nesse período pandêmico, enquanto o Professor 1 relatou que os estudantes procuravam para sanar dúvidas de “trabalhos”, os Professores 7 e 13, elencaram a falta de acesso aos recursos para que pudessem acompanhar as aulas. Em consonância com Mercado e Mercado (2023, p.92):

Acrescido a esse contexto a desigualdade educacional é aflorada e agravada, enquanto alguns sistemas de ensino implantam plataformas de aprendizagem e instrumentalizam os professores para utilizá-las em várias redes de ensino o trabalho on-line é realizado via grupos de *WhatsApp*, programas de rádio e entrega de material impresso às famílias, pois não conseguiram superar as dificuldades vivenciadas pelos estudantes sem acesso a computadores e/ou à internet.

Podemos levar em consideração o trabalho docente, mediante a figura 1 a seguir.



Figura 1: Docentes no ERE

Fonte: Farias (2024).

Observa-se que os docentes trabalharam intensamente realizando ofícios por meio dos próprios recursos digitais, para conseguirem realizar suas aulas, sem apoio institucional. Como também, as aulas síncronas – no momento em que ocorriam os horários das aulas presenciais – como assíncronas. Não tiveram privacidade, em que realizavam suas aulas em suas residências, com câmeras e sons ligados, enquanto que os estudantes não eram obrigados a permanecerem com as câmeras ligadas. As aulas foram unidirecionais, na medida em que a comunicação ficou “limitada” entre estudante e docente, não houve um trabalho colaborativo.

Sendo assim, a figura representa de forma significativa como fora a realidade de lecionar e vivenciar por meio do ERE, além das preocupações da gravidade da doença. Tudo isso foi perpassado e pouco visualizado. Se antes da pandemia a situação educacional estava sucateda, durante o período pandêmico ficou escancarada. Atualmente, pode-se considerar que algumas coisas mudaram com relação aos recursos digitais, discussão para a próxima sessão.

A educação depois da pandemia

Diante da era digital que se configura a sociedade, moldando diversos setores – inclusive a educação. Após o período pandêmico, o aperfeiçoamento dos recursos digitais em

instituições educativas está sendo fomentado cada vez mais. De acordo com Nóvoa; Alvim (2021, p. 3):

Vivemos conexões sem limites, num mundo marcado por fraturas e divisões digitais. É preciso enfrentar com lucidez, e coragem, essas tensões: entre um empobrecimento da diversidade e a valorização de diferentes culturas e modos de viver; entre uma diminuição da privacidade e da liberdade e a afirmação de novas formas de democracia e participação; entre a redução do conhecimento ao digital e a importância de todo o conhecimento, humano e social.

É notório que o período pandêmico acentuou a necessidade e a facilidade em utilizar as TDIC no âmbito educativo, porém é válido destacar que as tecnologias digitais não substituem didáticas utilizadas antes delas, pelo contrário, podem potencializar o processo de ensino e aprendizagem. Desse modo, é importante ter o conhecimento em como esses recursos possam ser manuseados de maneira facilitadora e significativa. Entretanto, no Brasil, incluir os aparatos tecnológicos em prol do desenvolvimento cognitivo é necessário analisar de forma estrutural e cultural diante da realidade vivenciada.

No contexto da cultura digital em que a sociedade está inserida, no Brasil, em 11 de janeiro de 2023 sancionou-se a Lei 14.453, a qual institui a Política Nacional de Educação Digital (PNED) e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, de 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003, visando ampliar projetos, programas e ações que contemplem a educação digital por meio do apoio do governo federal.

O segundo parágrafo, do respectivo documento, apresenta quatro eixos estruturantes, em que o III corresponde à Capacitação e Especialização Digital, que constitui como objetivo:

garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, em todos os níveis e modalidades, a partir do estímulo ao letramento digital e informacional e à aprendizagem de computação, de programação, de robótica e de outras competências digitais (Brasil, 2023).

Após o período pandêmico e tudo que fora vivenciado, sancionou-se a Lei 14.453, visando, assim, integrar a política da educação digital, desde a Educação Básica ao Ensino Superior, com aperfeiçoamentos e conhecimentos no que concerne a realidade momentânea. Porém, esse exercício é algo que necessita de cautela e apoio governamental, priorizando, assim a educação, tanto ao grupo de estudantes quanto os profissionais da área.

Pensar em um ambiente educativo, com os recursos digitais em sala de aula, trazendo os estudantes a utilizarem as TDIC em prol do processo de ensino e e aprendizagem, é uma árdua missão que precisa levar em consideração a desigualdade social e digital existente em nosso país. A respectiva Lei realça entonações importantes a serem colocadas em

prática, mas as soluções ainda não foram prontificadas, como esperava, pelo menos não em instituições públicas de ensino (em sua maioria, acredita-se). Na verdade, pouca coisa foi modificada após o período pandêmico.

Se por um lado, a Lei 14.453 visa garantir a inserção da educação digital nos ambientes escolares, por outro tem que haver interesse em que contemple e pratique nas instituições educativas. Ainda segundo o Art. 205 da Constituição Federal de 1988, que diz “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988). Sendo, assim, é necessário pensar em estudantes, docentes e familiares, e, assim, incluir com recursos de uso, manuseio e conhecimentos ao que concerne o desenvolvimento sócioeducativo.

Nesse viés, o profissional inserido em meio a essas transformações é o docente. De acordo com Ortega; Rocha (2023, p. 2094):

Esse profissional da área educacional se insere num cenário em constante mudança, fruto da sociedade tecnológica, que alterou todos os espaços de convívio social e criou um ambiente de aprendizagem constante. É muito importante que ele domine a comunicação com os estudantes por meio do computador, *notebook* ou *smartphone* e consiga sua atenção e interesse.

O docente atualmente, acredita-se, que aprendeu a dominar melhor os recursos digitais, como também os aparatos tecnológicos que estão cada vez mais sendo utilizados em seu cotidiano. Por outro, acredita-se, que ainda há docentes que realizam suas didáticas metodológicas da mesma maneira que realizava anteriormente a pandemia, talvez, por não ter se adaptado as mudanças ou não ter interesse em manusear as TDIC pedagogicamente, não somente o docente, mas instituições educativas precisam adaptar-se a essas metamorfoses.

Considerações finais

Pautar discussões em que relacione a educação em três períodos requer cautela e análise mediante aos processos que carecem elos significativos ao desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem. Sendo os docentes, os profissionais que perpassam por dificuldades ao terem que encarar o cotidiano diante das situações vivenciadas ao decorrer das exigências demandadas perante as transformações corriqueiras.

O respectivo artigo, ilustrou o quanto a educação está negligenciada mediante a desvalorização docente, que há décadas não tem seu trabalho reconhecido, mesmo que



tenha que se desdobrar em busca de aperfeiçoamento tanto em suas práticas pedagógicas quanto em um olhar minucioso acerca da aprendizagem dos estudantes.

A formação/qualificação docente em acompanhar a realidade educacional e social, requer adaptações e reflexões críticas na atual conjuntura, principalmente, após o período pandêmico em que a utilização das TDIC se tornaram essenciais. Ainda, assim, é válido considerar que os respectivos recursos podem potencializar o desenvolvimento cognitivo, e o docente receber o apoio necessário, para que possa realizar mediações em manusear as TDIC. O artigo, procura refletir o processo educacional, perante o que fora passado antes, durante e atualmente em que perpassa por mudanças cada vez mais intensas.

Referências

ASSIS, M. P. de. ALMEIDA, M. E. B de. Letramento digital no ensino superior: uma revisão sistemática de literatura. *Revista Educação em Questão*, Natal, n. 57, 2020. p. 1-24. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/educacaoemquestao/article/view/21359/13172> . Acesso em: 15 jul. 2022

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Diário Oficial da União.1988.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 6, de 2020. Reconhece, para os fins do art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a ocorrência do estado de calamidade pública, nos termos da solicitação do Presidente da República encaminhada por meio da Mensagem nº 93, de 18 de março de 2020. *Diário Oficial da União*. Brasília, 20 de março de 2020.

BRASIL. *Lei nº 14.533*, de 11 de janeiro de 2023. Institui a Política Nacional de Educação Digital e altera as Leis nºs 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), 9.448, de 14 de março de 1997, 10.260, de 12 de julho de 2001, e 10.753, de 30 de outubro de 2003. Brasília, DF, 2023.

COSCARELLI, C. V. Ensino de língua: surtos durante a pandemia. In: RIBEIRO, A. E.; VECCHIO, P. (org.). *Tecnologias digitais e escola: reflexões no projeto aula aberta durante a pandemia*. São Paulo: Parábola, 2020, p. 15-20.

CRESWELL, J. W. *Projeto de pesquisa: métodos, qualitativo e misto*. 2.ed. Porto Alegre. Artmed. 2007.

FARIAS, I. M. S. *Ensino remoto emergencial e as implicações no trabalho docente: um estudo de caso em escolas de Maceió*. 2023. 153 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2023.

FARIAS, Iris Maria dos Santos; Viana, Maria Aparecida Pereira. O ensino remoto emergencial e seus desafios: percepção dos docentes da educação básica de Maceió. In: SANTOS, Adriana Cavalcanti dos; FEITOSA, Aleph Danillo da Silva; SILVA, Givanildo da (org.): *Pesquisas em educação: políticas, formação de professores e práticas educativas*. São Carlos – SP: Pedro & João editores. 2024. p. 193 – 212.



MERCADO, E. L.; MERCADO, L. P. Estágio supervisionado do Curso de Pedagogia no formato de ensino on-line emergencial no contexto da Covid-19. In: PIMENTEL, F. S. C.; SILVA, A. P. (Orgs.). *Tecnologias digitais e inovação em educação: abordagens, reflexões e experiências*. [livro eletrônico]. São Carlos: Pedro & João Editores, 2023, p. 91-118.

NÓVOA, A.; ALVIM, Y. C. Os professores depois da pandemia. *Educação & Sociedade*, v. 42, p. e249236, 2021.

OLIVEIRA, V. H. N. O antes, o agora e o depois: alguns desafios para a educação básica frente à pandemia de covid-19. *Boletim de conjuntura (boca)*, Boa Vista, v. 3, n. 9, p. 19–25, 2020. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/73>. Acesso em: 16 abr. 2024.

ORTEGA, L. M. R.; ROCHA, V. F. O dia depois de amanhã—na realidade e nas mentes—o que esperar da escola pós-pandemia?. *Cuadernos de Educación y Desarrollo*, v. 15, n. 3, p. 2084-2100, 2023.

UNESCO. *Reabrir escolas: quando, onde e como?*. 2020. Disponível em: <https://pt.unesco.org/news/reabrir-escolas-quando-onde-e-como> . Acesso em: 07 jul. 2020.

YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

